



1
AO EXPEDIENTE DO DIA

20 de 07 de 1998
Em 15 de 07 de 1998

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº 1038/98.

Assessoria ao Plenário
Constatou no Expediente

Em 20 de 07 de 1998

Divisor da Ass. ao Plenário

ESTABELECE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO
ESPECIAL PARA SOCIEDADES
COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO ESTADO
DA PARAÍBA.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º As sociedades cooperativas agrícolas que economicamente atuam no território paraibano, ficam dispensadas do pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Art. 2º A dispensa do pagamento do ICMS de que trata o artigo 1º, será concedida as sociedades cooperativas que possuam dois anos de inscrição estadual na Secretaria de Finanças do Estado.

Art. 3º Esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 10 de julho de 1998.


PEDRO MEDEIROS
DEPUTADO ESTADUAL

Aprovado em único Turno
Em 17 de 12 de 98

1.º Secretário



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



JUSTIFICATIVA

Apesar da Constituição Federal inserir no seu texto constitucional, política voltada para o desenvolvimento da atividade agrícola a exemplo dos artigos 174, § 2º e 187, VI (C.F.), as sociedades agrícolas encontram obstáculos para o seu pleno desenvolvimento, face os encargos tributários impostos pelo Estado, em específico a cobrança do ICMS junto a essas sociedades cooperativas, que reflete desde a produção a comercialização do produto.

A alíquota do ICMS cobrada atualmente pelo Governo, impede-nas de desenvolver um trabalho voltado a competitividade de mercado, onde empresas comerciais que detém mecanismos de tecnologia avançada, levam inúmeras vantagens, impondo uma concorrência desfavorável as essas sociedades cooperativas, que utilizam necessariamente a mão de obra e buscam sempre levar o produto ao consumidor num preço acessível, no que a cobrança desse imposto impossibilita a cooperativa de manter um padrão de ofertabilidade crescente e da própria instituição desenvolver um trabalho de incentivo aos seus empregados e a prática de uma política de preços baixos voltada à toda comunidade paraibana.

Todos sabemos que o ICMS é imposto que compete ao governo estadual administrar. Nesse sentido, apresentamos o presente Projeto de Lei, que dispensará as sociedades cooperativas agrícolas dessa onerosa obrigação, por tratar-se de uma instituição de caráter social e sem finalidade lucrativa que busca a prática da filantropia.

Por essas razões entendo ser esta uma maneira de incentivar o sistema de cooperativa agrícola que enfrenta inúmeros problemas no setor econômico de produção e comercialização penalizada pela inumeras taxas de obrigações sociais.

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS

SUJEITAS À APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E

REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário

Às fls. 02 sob o nº 1038198
Em 15/07/1998P. Wilson SantosDiv. de Assessoria ao Plenário
DiretorConstou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 20/07/1998Em 20/07/1998F. M. M. C.
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido à Secretaria Legislativa

No dia ____/____/1998

Em ____/____/1998

Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Publicado no Diário do Poder Legislativo

No dia ____/____/1998

Em ____/____/1998

Secretaria Legislativa
SecretárioÀ Comissão de Constituição, Justiça e Redação para
indicação de RelatorEm 21/07/1998_____
Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado

VITAL FILHOEm 28/07/1998Zenóbio Toscano
Deputado Zenóbio Toscano
Presidente

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____/____/98_____
Secretário Legislativo

APRECIADO PELA COMISSÃO

NO DIA ____/____/98

PARECER _____

EM ____/____/98

SECRETÁRIO LEGISLATIVA

4

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 1.038/98

Estabelece tratamento
tributário especial para
Sociedades Cooperativas
Agrícolas no Estado da
Paraíba.

AUTOR: Dep. PEDRO MEDEIROS
RELATOR: Dep. VITAL FILHO

PARECER Nº 507/98

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para apreciação e exarar parecer, o Projeto de Lei Nº 1.038/98 da autoria do nobre Deputado Pedro Medeiros, que objetiva estabelecer tratamento tributário especial para sociedades cooperativas agrícolas no Estado da Paraíba.

É o relatório

II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa objeto de apreciação desta relatoria, tem grande relevância e irrestrita importância social, pois sem sombra de dúvida, é louvável a preocupação do Ilustre parlamentar, no tocante a necessidade de se ter uma política voltada para cooperativa de consumo.

5

Nos termos das Disposições Regimentais, Art. 21 Alínea "b", do Regimento Interno da Casa, Resolução No 469/91, que regem a matéria, compete a este órgão técnico apreciar aspectos constitucionais de admissibilidade da proposta.

Nesta condições, estando a matéria de acordo com os preceitos constitucionais e regimentais, voto pela **admissibilidade** da matéria, isto é, pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.038/98.

É o voto

Sala das Comissões, 04 de setembro de 1998.

Dep. VITAL FILHO
RELATOR

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela declaração de constitucionalidade, do Projeto de Lei Nº 1.038/98.

É o parecer.

Sala das Comissões, 04 de setembro de 1998.

Dep. ZENÓBIO TOSCANO
PRESIDENTE

Dep. LUIZ COUTO
MEMBRO

Dep. TARCIZO TELINO
MEMBRO

Dep. JOÃO PAULO
MEMBRO

Dep. ANTONIO IVO
MEMBRO

Dep. VITAL FILHO
RELATOR

Dep. FERNANDO MELO
MEMBRO

Aprovado o Parecer em
discussão única.

Em 17/12/98

SECRETÁRIO



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

OFÍCIO Nº 2.087/98

João Pessoa, em 18 de dezembro de 1998.

Senhor Governador,

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de nº 1.038/98, de autoria do Deputado PEDRO MEDEIROS que "Estabelece Tratamento Tributário Especial para Sociedades Cooperativas Agrícolas no Estado da Paraíba".

Atenciosamente,



INALDO LEITÃO
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
JOSÉ TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR DO ESTADO
N E S T A



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Casa de Eptácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 603/98
PROJETO DE LEI nº 1.038/98

**Estabelece Tratamento Tributário Especial
para Sociedades Cooperativas Agrícolas no
Estado da Paraíba.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - As sociedades cooperativas agrícolas que economicamente atuam no território paraibano, ficam dispensadas do pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Art. 2º - A dispensa do pagamento do ICMS de que trata o artigo 1º, será concedida as sociedades cooperativas que possuam dois anos de inscrição estadual na Secretaria de Finanças do Estado.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

**Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba em, João
Pessoa, 17 de dezembro 1998.**



INALDO LEITÃO
Presidente



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
14ª LEGISLATURA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
LISTA DE COMPARECIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS
35ª Sessão Ordinária() hs.

Nº	DEPUTADOS		ASSINATURA	OBSERVAÇÃO
01	ANTÔNIO NOMINANDO DINIZ FILHO	PMDB		
02	AERCIO PEREIRA DE LIMA	PPL		
03	ANTÔNIO VITURIANO DE ABREU	PPB		
04	ARIANO MÁRIO FERNANDES FONSECA	PMDB		
05	ARTHUR PAREDES CUNHA LIMA	PMDB		
06	CARLOS ALBERTO PINTO MANGUEIRA	PMDB		
07	DJACI FARIAS BRASILEIRO	PMDB		
08	ESTEFÂNIA PEDROSA MAROJA	PMDB		
09	FRANCISCA GOMES DE ARAÚJO MOTTA	PMDB		
10	FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS	PSDB		
11	FREI ANASTÁCIO RIBEIRO	PT		
12	GERVÁSIO BONAVIDES MARIZ MAIA	PMDB		
13	IRAÊ HEUSI DE LUCENA NÓBREGA	PMDB		
14	JOÃO FERNANDES DA SILVA	PSDB		
15	JOÃO DA PENHA NASCIMENTO	PDT		
16	JOÃO PAULO BARBOSA LEAL	PFL		
17	JOSÉ ADEMIR PEREIRA DE MORAIS	PFL		
18	JOSÉ LACERDA NETO	PFL		
19	JOSÉ WILSON SANTIAGO	PSDB		
20	LINDOLEO PIRES NETO	PMDB		
21	LUIZ ALBUQUERQUE COUTO	PT		
22	FRANCISCO DE ASSIS	PFL		
23	MÁRIA DO SÓCORRO MARQUES DANTAS	PSDB		
24	OLENKA TARGINO MARANHÃO PEDROSA	PMDB		
25	RICARDO VIEIRA COUTINHO	PT		
26	ROBERTO PEDRO MEDEIROS	PMDB		
27	ROBSON DUTRA DA SILVA	PMDB		
28	ROMULO JOSÉ DE GOUVEIA	PMDB		
29	RUY MANOEL CARNEIRO BARBOSA DE AÇA	PMDB		
30	SARGENTO DENIS	PV		
31	SEBASTIÃO TIÃO GOMES PEREIRA	PMDB		
32	VALDECIR AMORIM RODRIGUES	PSDB		
33	VITAL DO REGO FILHO	PDT		
34	WALTER CORREIA DE BRITO	PMDB		
35	ZARINHA LEITE	PFL		
36	ZENÓBIO TOSCANO DE OLIVEIRA	PMDB		

	SUPLENTE		ASSINATURA	OBSERVAÇÃO
01				
02				
03				
04				
05				
06				

Sala das Sessões, 27 de abril de 1999.

Comp. _____

2º SECRETÁRIO